Universidades Lusíada

Figueira, Luís Mota

# Técnicas de construção da época da 1.ª República : memória arquitectónica revisitada e activação patrimonial na Golegã

http://hdl.handle.net/11067/422

## Metadados

**Data de Publicação** 2010

**Resumo** Pretende-se focar as técnicas de construção da arquitectura vernacular desenvolvidas durante o período da 1.a República e, particularmente, um exemplo da arquitectura praticada numa zona rural do Ribatejo. Numa perspectiva de «apresentação-interpretação» usa-se esse exemplo construído como objecto de um exercício de memória da edificação na Golegã. (Luís Mota Figueira)...

**Palavras Chave** Arquitectura vernácula - Portugal - Golegã

**Tipo** article

**Revisão de Pares** Não

**Coleções** [ULL-FAA] RAL, n. 2 (1.º semestre 2011)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-25T00:22:41Z com informação proveniente do Repositório

http://repositorio.ulusiada.pt

FIGUEIRA, Luís Mota (2011). "Técnicas de construção da época da 1ª República: memória arquitectónica revisitada e activação patrimonial na Golegã". *Revista Arquitectura Lusíada*, N. 2 (1.º semestre 2011): p. 33-47. ISSN 1647-9009.

# TÉCNICAS DE CONSTRUÇÃO DA ÉPOCA DA 1ª REPÚBLICA: MEMÓRIA ARQUITECTÓNICA REVISITADA E ACTIVAÇÃO PATRIMONIAL NA GOLEGÃ[1]

**Luís Mota Figueira**[2]

## Resumo

Pretende-se focar as técnicas de construção da arquitectura vernacular desenvolvidas durante o período da 1ª República e, particularmente, um exemplo da arquitectura praticada numa zona rural do Ribatejo. Numa perspectiva de «*apresentação-interpretação*» usa-se esse exemplo construído como objecto de um exercício de memória da edificação na Golegã.

## Palavras-Chave

História da Arte; Arquitectura; 1ª República; Artes e Ofícios; Construção.

## Abstract

The main purpose is to show the building techniques of popular architecture developed during the First Republic period, recurring to an example of the construction used on the Ribatejo's rural land. Using a «*presentation-interpretation*» approach the rural house allows for a memory exercise regarding the development of Golegã.

## Key-words

History of Art; Architecture; 1st Republic; Arts and Crafts; Construction.

## Introdução

O objectivo central é o de, numa óptica de activação patrimonial, estudando os testemunhos históricos documentais e edificados suscitar, «*in situ*», a descoberta de procedimentos construtivos e valorizá-los. Outro objectivo é o de olhar o modo de fazer arquitectura em meio rural na 1ª República e reflectir sobre a forma como hoje se pode entender aquela lição, proporcionada por autores anónimos.

## 1. Razões de um Projecto sobre técnicas tradicionais de construção ou as técnicas de construção e a construção da Memória

O estudo das artes e ofícios tradicionais significa, também, a procura de autenticidade das paisagens culturais. A preservação dos edifícios tradicionais requer este tipo de conhecimento antigo. As *Jornadas de Arquitectura Vernacular do Ribatejo - Golegã*,

[1] O presente artigo resulta da comunicação com o mesmo título apresentada, a 25 de Novembro de 2010, no ciclo de conferências "Arquitectura e Património na I República", organizado pela Universidade Lusíada de Lisboa.

[2] Professor Coordenador do Departamento de Gestão Turística e Cultural da Escola Superior de Gestão do Instituto Politécnico de Tomar. Investigador da Unidade de Governança, Competitividade e Políticas Públicas da Universidade de Aveiro. Director Técnico do Museu Agrícola de Riachos. E-mail: lmota@ipt.pt

*ARQUIRURALGOLEGA* a desenvolver em Julho p.f. materializam a proposta "*Museografia das Técnicas Tradicionais de Construção no Médio Tejo – Casa-Laboratório"* e consolidam uma abordagem a favor do desenvolvimento de base territorial. Se, como se explica, "*Todo o objecto do passado pode ser convertido em testemunho histórico sem ter tido por isso na sua origem um destino patrimonial*", (CHOAY, 2008:25), a Casa Rural que é alvo da nossa atenção é, neste sentido, uma escolha com critério para servir de ilustração a um determinado tempo, parte importante de todo o «*tempo construtivo*», patente no tecido edificado da vila ribatejana da Golegã. Também acreditamos que *"(...) é necessário proceder à divulgação ao nível popular, dos métodos de trabalho dos projectistas, dos processos que consideramos mais autênticos, mais actuais, mais aptos a restabelecer as relações solucionadoras dos problemas estéticos colectivos"* (MUNARI, 1978:18), porque a salvaguarda cívica do património requer a implicação dos que lhe estão próximos e a explicitação dos oficiais de ofício. Assim, juntar especialistas de arquitectura, de história da arte, de engenharia, e de outras disciplinas, bem como operários da construção, entre outros protagonistas, é uma das estratégias a seguir neste Projecto, valorizador de recursos endógenos que, de modo articulado e integrado podem tornar-se novos atractivos turísticos. Neste sentido, a «apresentação-interpretação» do património, nomeadamente edificado, insere-se nas práticas de activação dos recursos endógenos passíveis de contribuir para o conhecimento mais profundo sobre a arquitectura e, consequentemente, para a melhor estruturação da oferta cultural e turística local.

## 2. Enquadramento genérico sobre as técnicas de construção

O curso da história e o balanço entre possibilidades e condicionantes explicam as realizações humanas. Relativamente à capacidade industrial no período em análise, *"É evidente que, embora tenha havido um progresso, o atraso em relação às indústrias europeias era muito grande no primeiro quartel do século XX. Basta ver que no fim da Primeira Guerra Mundial a potência ao dispor da indústria portuguesa era inferior a 1000.000 cv, enquanto os motores de explosão contribuíam apenas com 14.873 cv, fornecendo ainda os motores hidráulicos uma força motriz da ordem dos 8511 cv."*, (DIAS, 1990:282). As mudanças políticas e económicas ocorridas entre finais do séc. XIX e princípios do séc. XX fomentaram, nas artes, novos «*modos de ver*». Como se pode observar em texto de 1952, ainda actual, "*Desde o século XVI que o homem moderno segue cada vez mais a máquina como modelo*" (MUMFORD, 1986:17). A motorização da sociedade ocidental significou, sempre, a conquista da modernidade. O surgimento de uma nova sociedade implica, naturalmente, a criação e desenvolvimento de uma estética correspondente. Na arquitectura republicana, tal estética resultou numa mudança relevante: da visão tradicional, monumental e de narrativa compositiva, que ainda continuou a vigorar, embora com menor energia, passou-se à preponderância da tendência utilitária da arquitectura, ou seja, a situações de ruptura e reorganização, que as circunstâncias políticas e culturais impunham. Contudo, porque sabemos que, "*Entre nós, até aos anos de 50, os quadros da vida rural mantinham a velha atmosfera tradicional e pouco haviam evoluído.*", (OLIVEIRA e GALHANO, 1998:368), os campos estavam, salvo situações excepcionais, arredados da discussão arquitectónica.

Desde a lição construtiva antiga que o papel da engenharia militar e os novos materiais proporcionavam novos desenhos, novas invenções e, nesse contexto, suscitavam as estruturas possíveis. A construção, usando a pedra, o ferro forjado e o aço, para além do vidro, afirmou-se como balanceada entre o pensamento racional para o melhor emprego dos materiais e as concepções arquitectónicas mais fantasiosas e arrojadas, que a racionalidade da época permitia. Por isso, as grandes Exposições Universais fundiam na sua estruturação e programa esse ideário de progresso tecnológico e estético. Ademais, foi nas cidades que o fenómeno arquitectónico melhor se fez sentir. E, conjunturalmente, Forma, Função, Material, são 3 componentes do discurso modernista da arquitectura cuja presença e evolução acompanha a crescente complexidade tecnológica propiciada pelos velhos materiais recondicionados e pelos novos materiais propondo, consequentemente, novos desenhos. A industrialização da

construção e seu impacte na nova cidade industrial do séc. XX, tanto nos domínios da produção técnica, do mercado de materiais, e da logística de transporte, bem como da aplicação dos materiais em obra, influenciou a produção plástica e determinou também o «*novo modo de habitar*».

Desde a Idade Média que, nas zonas rurais, arredadas destas influências mais evidentes, o uso de materiais locais era, quase exclusivamente, a única hipótese de fazer obra. Os palácios e casas de campo da nobreza bem como as casas apalaçadas de industriais e burgueses, alguns nobilitados, contrastavam naquela geografia, com aquele cenário tradicional e eram, de facto, as excepções. Na edificação popular e como consequência directa daquelas condições de uso dos materiais locais, a especialização regional fixou-se e foi perdurando. Na ruralidade ribatejana, então estremenha, *"Empregava-se a terra argilosa em combinação com a pedra nas paredes e nos alicerces dos edifícios.(...) Taipa e adobe surgiam até como elemento principal da construção, alternativo à "pedra e cal", sendo legítimo falar-se, nesses casos, em "arquitectura de terra"(*CONDE,2000: vol.I, 309). Hoje é comum encontrarem-se alguns testemunhos resultantes da aplicação da arquitectura de terra que teimam em manter-se de pé, apesar da incúria do homem.

## 3. Concepção e produção arquitectónicas na 1ª República: as possibilidades materiais e o novo gosto

Cada época histórica explica-se, em grande medida, pelos enquadramentos políticos que, de modo decisivo, moldam as actividades humanas: a arquitectura não foge a esta constância, explicada pelo curso civilizacional da humanidade. No caso da 1ª República, a obra da arquitectura e construção[3] usando os novos materiais, submetendo-se a desenhos inovadores foi operando alterações graduais nas formas tradicionais de construção. As estruturas inovadoras marcaram, indelevelmente, novas possibilidades expressivas e novos modos de vida. Os lotes urbanos e saguões, quintais e varandas, passadiços e outro tipo de articulações funcionais dos edifícios e seus espaços adjacentes, adaptaram-se à cidade industrial, concorrendo para novos modos de usar a habitação e o espaço urbanos. Surgiram novos modos de percorrer a cidade, de a ver, de a sentir. Como entidade viva e em crescimento constante, ela suscitava novos desafios aos arquitectos e engenheiros, aos construtores e aos donos de obra, às instituições administrativas e aos cidadãos.

O betão, o ferro, o vidro, os materiais cerâmicos, as madeiras reconstituídas, etc., eram materiais antigos ou redescobertos que, sob novas formas, de factura propugnada como moderna, se impunham ao novo gosto dos citadinos. Nas então províncias, contudo, a arquitectura espontânea seguia o seu curso, as elites locais copiavam ou adaptavam modelos citadinos e, os proprietários rurais, muitos vivendo nas cidades onde geriam os seus negócios, não deixavam de construir habitações de grande impacte visual e de modernidade nas suas propriedades agrícolas ou industriais, espalhadas um pouco por todo o país. Os jornais e a organização das reportagens ilustradas contribuíam decisivamente para moldar gostos, criar, reciclar e desfazer modismos. A arquitectura e outras artes não escapavam a este universo de afirmações e tendências.

Na imprensa, os textos editados com direito a cliché apuravam-se nas montagens gráficas. Por isso, a herança documental ao nosso dispor é tão interessante: o panorama construtivo do País está espelhado, e bem, em testemunhos patentes na "*Ilustração Portuguesa*". A revista acolhia as notas dos seus correspondentes regionais e o trabalho pioneiro dos seus fotógrafos, correspondentes regionais, na sua maioria. Poderemos, hoje, considerar estas fontes como incontornáveis para o estudo desta e de outras matérias.

[3] O construtor civil da época é bem merecedor de um estudo particular porque, num mercado da oferta de construção ainda incipiente, resolveu, em muitos casos documentados, problemas construtivos que, só mais tarde, foram passados para as competências técnicas e científicas de engenheiros e arquitectos.

## 4. Fontes documentais e comentários: a percepção proposta

Inseridos na lógica da leitura e interpretação das fontes, propomos uma viagem visual pela arquitectura da 1ª República usando aquela revista digitalizada pela Hemeroteca de Lisboa, particularmente os volumes publicados entre 1910 e 1926. O estudo visual comparativo e expedito, servirá, como ilustrámos mais profusamente na comunicação oral, para fundamentarmos a proposta anexa a esta apresentação[4].

Na Fig.1, imagem de uma habitação rústica do Vale do Sousa, observamos que a prática de construção em alvenaria de pedra seca e o aparelhamento de silhares, com a volumetria possível, é uma prática corrente. A aplicação da pedra constituindo aparelho em fiadas e o recurso a coberturas de giesta, manifestam a continuidade da lição milenar de construir com os materiais e aplicação de mão-de-obra locais. Este tipo de auto-construção manifesta simultaneamente, as possibilidades e as condicionantes impostas pelo ambiente envolvente, numa época em que o mercado de produtos semi-acabados para emprego na construção era praticamente inexistente. O aproveitamento do rio Sousa para captação de energia hídrica para mover a mó e moer o grão denota uma industrialização muito incipiente apesar de densificada pelas ribeiras e rios, um pouco por todo o país.

Fig. 1 [Fonte: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1920/N727/N727_master/N727.pdf]

Poderemos generalizar que as técnicas tradicionais de construção se poderão sinalizar no território quando estão reunidas as condições básicas: uso dos materiais locais recolhíveis perto da obra, mão-de-obra local disponível, repartição básica do interior do edifício, estética decorrente do hábito de construir a um modo tradicional, ou seja, uso visual e técnico dos

[4] Na comunicação de dia 25 de Novembro apresentada no Painel: ARQUITECTURA E PATRIMÓNIO NA 1ª REPÚBLICA da iniciativa da Universidade Lusíada, "Centenário da República e da Constituição de 1911", intitulada "*Técnicas de construção da época da 1ª República: memória arquitectónica revisitada e activação patrimonial na Golegã.*", apresentámos 98 imagens elucidando todas as perspectivas de análise então formuladas. Neste texto, por razões óbvias apresentamos esta linha de exposição mais sintética. Contudo, em, www.cespoga.ipt.pt poder-se-á acompanhar a versão integral apresentada em *powerpoint*.

edifícios mais antigos que inspiram os seguintes, mesmo que com algumas pequenas variantes e, por fim, modos de decorar que se vão mantendo ao longo do tempo e em ciclos mais longos, nomeadamente nas regiões debilmente ligadas aos centros urbanos mais evoluídos. Estes de modo singular, captam tendências e afirmam mudanças e especializações de ciclo mais curto.

OS BAIRROS SOCIAES

No bairro social do Arco do Cego realisa-se a festa do primeiro pau de fileira com a assistencia do chefe do Estado e governo.

Vista panoramica de um futuro bairro social

Foi uma festa deveras interessante a cerimonia do primeiro pau de bandeira no bairro social do Arco do Cego, construido onde antigamente era a Quinta das Côrtes, vasto trato de terreno que breve será habitado, pois que se trabalha por erguer nada menos de 3000 habitações com o que não é dos que dá ratinhada a sua quota parte, este do Arco do Cego.

A festa realisou-se com a assistencia do sr. Presidente da Republica, acompanhado pelos presidentes do ministerio e da camara dos deputados, vendo-se ainda os ministros do trabalho, finanças, guerra, marinha, justiça e agri-

Tambem a Camara Municipal e o Conselho Superior de Finanças, se fizeram representar.

Os bairros sociaes são uma util e necessaria instituição caso correspondam ao fim para que foram creados. Eles dão ao operario e ao semi operario casas higienicas, excelentes, sem a ganancia com que numa promiscuidade degradante quási sempre o operario mora.

Depois como se não trata de construir cinco ou seis predos, mas um bairro inteiro, o material é adquirido em excecionaes condições de venda o que tornam minimo, dentro dos limites em que hoje se pode construir, o custo da propriedade.

Fig. 2 [http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1920/N746/N746_master/N746.pdf]

Na Fig. 2 é apresentada uma reportagem da época sobre a cidade de Lisboa e um dos fenómenos relacionados com a nova cidade do princípio do século XX: os bairros sociais. Representando uma conquista social, contribuíram para afirmar o desenvolvimento da produção iterativa na arquitectura em moldes novos, porque impunham uma ideia de espaço modular mínimo, para uma máxima eficácia no alojamento das massas operárias de que carecia a nova cidade. A especulação dos solos citadinos e a febre construtiva que propiciou o aparecimento dos gaioleiros e seus seguidores explicam, em grande medida, o rápido crescimento do tecido urbano em Lisboa e nas principais cidades do país. O início dos subúrbios industriais mereceria outro olhar atento neste passo da exposição, mas que neste texto não tem cabimento. A industrialização é, numa perspectiva social da época, uma corrente optimista de progresso, e a oferta de materiais padronizados ao mercado da construção, significa um novo modelo de preparação e realização de obra arquitectónica. As consequências na estética citadina fizeram-se sentir pelo uso de módulos habitacionais modelando as antigas heterogeneidades geográficas (naturais e diversas no território nacional, porque criadas em processos de que dependiam localmente), e criando imagens novas e tendencialmente homogéneas (mas artificiais, no sentido de responderem a influências estranhas às locais, num primeiro momento do processo: contudo, em função do desenvolvimento do ciclo construtivo, eram tornadas "naturais" pela expressão do tempo, originando, por vezes novo ciclo criativo, pelo mimetismo de processos).

A importância da engenharia face à arquitectura foi decisiva e esta foi-se "*redimensionando*" ao sabor da expressividade obtida pelo uso de materiais que, sendo pré-existências e facilitadores do processo de construção, incentivaram uma nova estética e novas janelas de expressividade para os autores (arquitectos, engenheiros, construtores e donos de obra).

Nos bairros sociais, é possível entrever uma estética subdividida em termos classistas: a casa do Trabalhador Operário e a casa do Funcionário Administrativo são, por vezes, os marcadores espaciais de um território urbano. Nas aglomerações industriais ainda incipientes a mimética espalhava-se um pouco por todo o território nacional. A procura da tipologia funcional e a opção pela casa geminada são, neste contexto, uma conquista também republicana que haveria de subsistir, quer na imagem, quer no que se refere ao ajustamento de uma orçamentação adequada à ideia de eficiência, economia e eficácia construtivas.

Fig. 3 [http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/1913/N1240/N1240_master/N1240.pdf]

Na Fig. 3 é patente a importância repartida entre Arquitecto e Construtor que conceberam e realizaram o edifício que ainda hoje acolhe a Sociedade Nacional de Belas Artes. A estética aliada às possibilidades industriais tem, neste exemplo, uma síntese muito feliz. A solução das clarabóias destinadas a permitirem a iluminação zenital está adstrita ao avanço das artes da serralharia que, entre elementos forjados e fundidos apresenta algumas soluções de soldadura oxiacetilénica, uma técnica de junção de peças metálicas ferrosas que tornaria a rebitagem, intensamente utilizada até aos anos 20, uma técnica antiga e convivente, agora, com outras novas tecnologias construtivas. A soldadura oxiacetilénica criada em 1903, pelos engenheiros franceses Edmond Foch e Charles Picard, permitiu avanços enormes no domínio das indústrias metalomecânicas. Também a motorização mais cadenciada e iniciada com Henry Ford requeria melhores técnicas de ligação de materiais, bem como a construção dos primeiros «*arranha-céus*» solicitava fornecimentos de materiais mais e melhor padronizados. Por isso, a passagem das técnicas das indústrias metalúrgicas

para os estaleiros de obras e para outros cenários construtivos era corrente e o mercado de materiais unificava, de certo modo, a procura e, esta, por sua vez, obrigava os industriais a ousarem novos tipos de produtos. Em Portugal, também se regista este fenómeno.

A mecanização aplicada às instalações fixas da indústria tem na Fábrica de Chocolate Iguinez um detalhe interessante. Uma máquina a vapor gerava movimento circular contínuo captado num volante que, por sua vez e mediante uma estrutura de transmissão de movimento por correias, accionava os tambores mandantes das várias máquinas espalhadas estrategicamente pela sala. Os engenheiros tentavam rentabilizar ao máximo a energia do vapor produzida pela máquina com caldeira de combustão a carvão, embora alguns outros equipamentos apresentasem o uso de energia eléctrica, confinada, contudo, às cidades mais importantes.

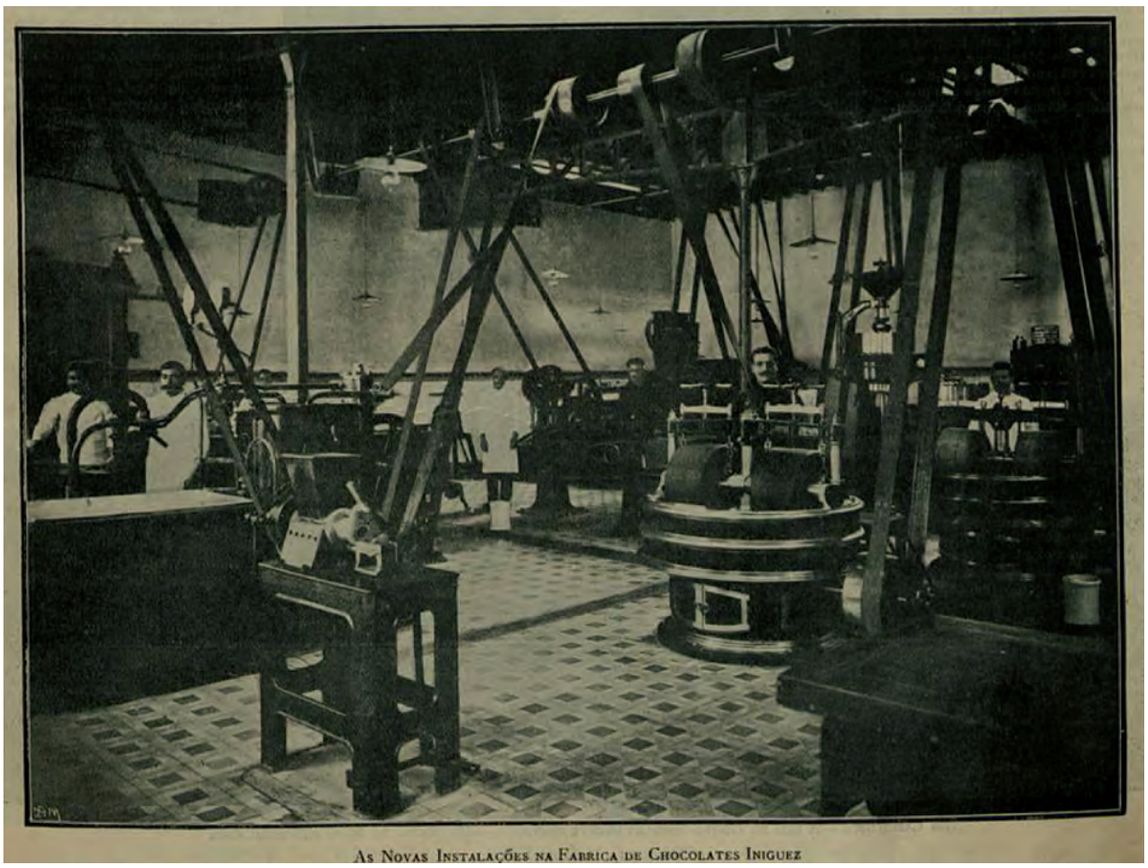



Fig. 4 [http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/1911/N1153/N1153_master/N1153.pdf]

A notícia sobre a construção do novo Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, mostra como em 1911 se pretendia modificar um lote urbano para esse fim. A foto corresponde ao antigo Convento das Francesinhas fundado em 1667 por Dª. Maria de Sabóia.

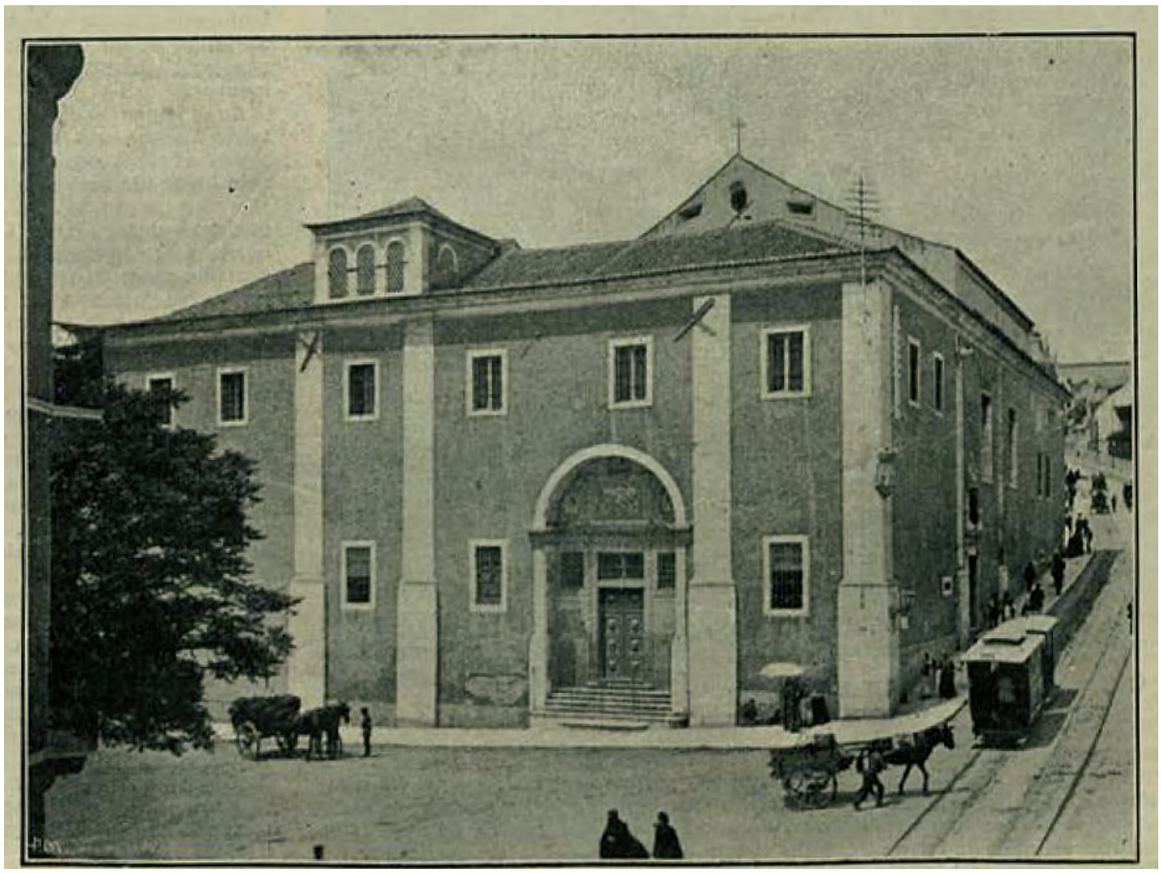


Fig. 5 [http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/1911/N1175/N1175_master/N1175.pdf]

O edifício foi demolido em 1912. No seu lugar foi construído sob impulso de Gustavo de Matos Sequeira, não o Instituto mas, de facto, um parque temático designado de «*Lisboa Antiga*». Hoje é jardim, ao lado do Palácio de São Bento. Na foto vemos dois esticadores em forma de cruzeta, dispostos nos topos superiores das pilastras da fachada, respectivamente 2ª e 4ª, a contar do lado do cunhal do edifício. Solução estrutural para travar o decaimento da caixa murária, foi utilizada, por exemplo, nos célebres tirantes aplicados a abóbadas pétreas desde a época medieval, conquista da serralharia e da forja. Esses tensores, roscados em cada uma das suas extremidades, recebiam a cruzeta que, no seu centro era dotada de um furo antecedendo a porca de face quadrangular, cuja rosca interior apertava o conjunto das peças. A cruzeta assegurava, neste enroscamento, a tensão mecânica necessária entre paredes paralelamente opostas. A montagem realizava-se furando a caixa murária e desenhando os braços da cruzeta com dimensão entendida suficiente para servir de anteparo às paredes onde se aplicava. O aperto do conjunto metálico era transmitido pela chave de bocas, rodando-a até este estar bem ajustado ao paramento. Ainda hoje se utiliza este método expedito de reforço estrutural de paredes.

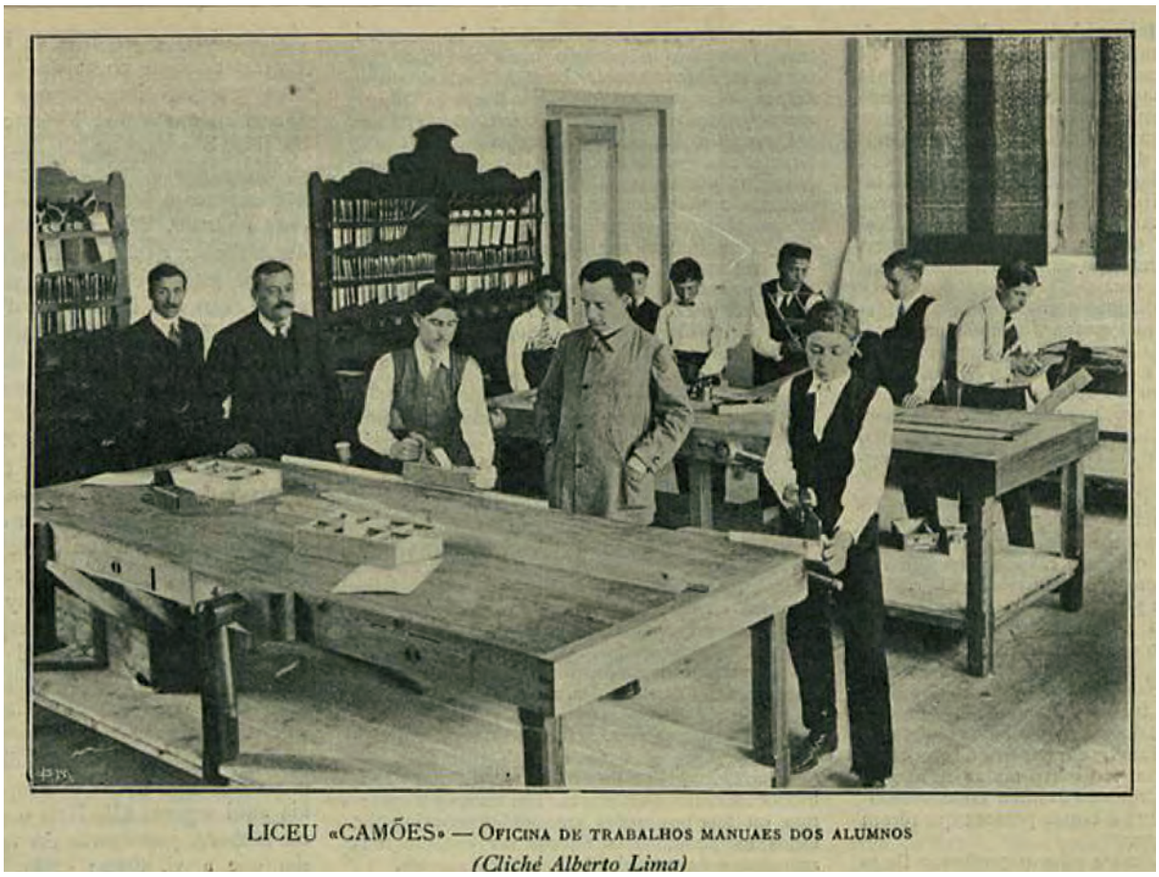



Fig. 6 [http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/1911/N1175/N1175_master/N1175.pdf]

A formação profissional da época era relevante. O sistema de ensino era uma preocupação política dos reformadores republicanos. A aprendizagem das artes e ofícios numa sociedade em que o nível de alfabetização era muito baixo ajudava ao crescimento do comércio e, entre outras actividades, ao desenvolvimento da indústria da construção civil. Muitos construtores e empreiteiros saíram do sistema das Escolas Industriais que em 1884 e pelo decreto de 3 de Janeiro de António Augusto de Aguiar se iniciava ainda em período monárquico. A reforma de Azevedo Neves, de 1918 tentava melhorar o sistema, dividindo o ensino industrial em 3 graus: grau preliminar ligando a escola primária à formação profissional mais básica; grau geral, para aprendizes e durando 4 anos em regime diurno visando a formação de operários; grau complementar destinado a formar operários qualificados em regime nocturno[5].

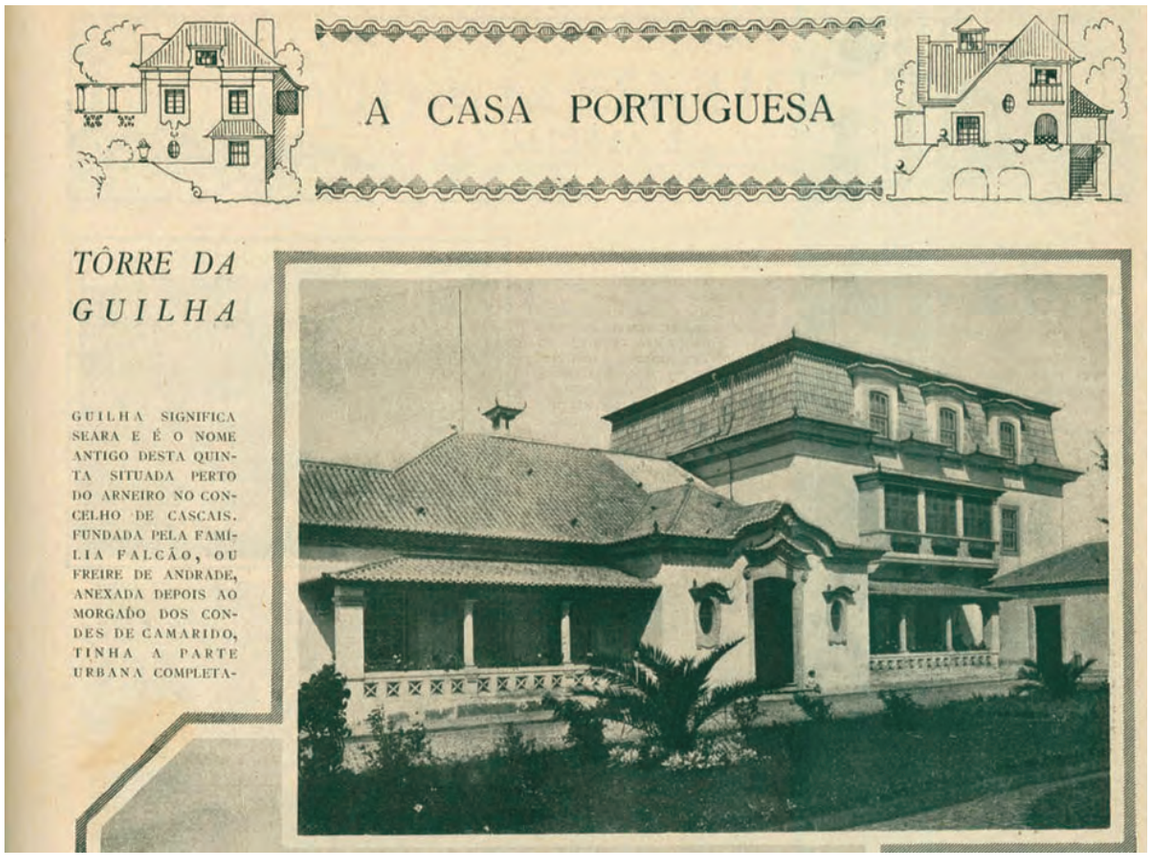
Neste contexto comum até à reforma do Estado Novo, também a construção de obras de arte do caminho-de-ferro, demonstra como se ia construindo com cimbres tradicionais, realizados em madeira e herdados das técnicas de construção de arcos, desde a mais remota antiguidade. Esta imutibilidade do uso das técnicas construtivas, típica das artes e ofícios de origem vernacular, espontânea, popular, isto é, sem escola, é uma variável a que se haverá de atender quando se analisa a "*arquitectura sem arquitecto*". Poderemos compreender que aquele processo construtivo patente, nos arcos edificados na ferrovia e desenvolvido pelos engenheiros, tal como, por exemplo, nas caves de edifícios urbanos construídos na época, seguia os mesmos processos ancestrais. A especialização ferroviária, contudo, haveria de se manifestar através da obra de muitos arquitectos, engenheiros e construtores que arrematavam projectos ferroviários, rodoviários e fluviais e que, com essas experiências, contribuiam para o avanço da arte e técnica construtivas.[6]

[5] O sistema foi reformado pelo Estado Novo segundo o Decreto 37.029 de 25 de Agosto de 1947.

[6] A "*Gazeta dos Caminhos de Ferro*" existente nos arquivos digitais da Hemeroteca de Lisboa é outra excelente fonte para o estudo das técnicas tradicionais de construção.

Fig. 7 [http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/1913/N1245/N1245_master/N1245.pdf]

O Prémio Valmor num exemplo de 1913, contribuiu, desde a sua primeira edição, para uma concorrência entre linhas estéticas e capacidades técnicas onde, por exemplo, as artes da fundição de metais ou a modelação de estuques, bem como a capacidade da carpintaria mecânica ou a produção de vitrais sob desenho modular, se revelaram como ferramentas ao serviço da estética de autor. Tem especial importância a linha de concepção estrutural para espaços cobertos mais amplos, cuja base de aplicação são as colunas fundidas e as lajes obtidas com abobadilhas de tijolo burro ou de tijolo de dois furos. Estas pequenas abóbadas de tijolo, eram integradas em perfis forjados constituindo uma unidade em que engenharia e arquitectura se parecem confundir no resultado final, embora desenvolvidas em autonomia de projecto, como é evidenciado numa observação mais cuidada a edificados deste tipo. A vantagem construtiva suscitada por este tipo de soluções (perfil de ferro forjado e tijolo formando abobadilha), possibilitou um crescimento de mercado na oferta de produtos siderúrgicos semi-acabados e ajudou a resolver problemas de natureza estrutural sustentando concepções plásticas mais arrojadas. Em 1926, no final da 1ª República a evolução da oferta de produtos permitia que a empresa C.Dupin & C.ª anunciasse publicidade, certamente rentável e relacionada com casas desmontáveis. A ênfase da mensagem colocava-se na certeza de que se poderiam edificar vãos até 35 metros *"(...)sem necessidade de pregar pilar ou apoio central."* Esta ideia antiga do prego e a modernidade da proposta técnica que permitia praticar aquele vão, são elucidativas quanto à presença significativa da nova construção industrializada praticada nas grandes cidades. O optimismo tecnológico reinante que se pode deduzir deste e de outros anúncios congéneres era, certamente, crescente.


A CASA PORTUGUESA

TÔRRE DA GUILHA

GUILHA SIGNIFICA SEARA E É O NOME ANTIGO DESTA QUINTA SITUADA PERTO DO ARNEIRO NO CONCELHO DE CASCAIS. FUNDADA PELA FAMÍLIA FALCÃO, OU FREIRE DE ANDRADE, ANEXADA DEPOIS AO MORGADO DOS CONDES DE CAMARIDO, TINHA A PARTE URBANA COMPLETA-

Fig. 8 [http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ilustracao/1926/N8/N8_master/N8.pdf]

Também de 1926 se colhe um exemplo de uma estética arquitectónica emergente. A imagem apresenta o caso da Torre da Guilha, de Cascais, procurando evidenciar o gosto da então designada "*Casa Portuguesa*" ícone imaginário que, mais tarde a política do gosto do Estado Novo haveria de consagrar, ajudando ao surgimento de exemplos hoje catalogados, e bem, como património arquitectónico de interesse nacional e internacional. Neste exemplo, a composição e o papel de cada órgão desta unidade arquitectónica acusam, simultaneamente, uma concepção arcaizante e o uso de técnicas construtivas mais avançadas que servem o desenho e se escondem nas estruturas sustentadoras da decoração. O caso das sub-beiras dos telhados e do alpendre envidraçado alojado em estrutura gradeada em ferro ou dos remates externos das molduras superiores da porta principal e dos óculos elípticos que a ladeiam, é demonstrativo da viagem daquelas formas até aplicações em edifícios restaurados e modernizados apresentando esta escala monumental mas, também, plasmadas em edifícios de factura vernacular que, imitando aqueles adornos, acabam por se reclamar de uma decoração popular autenticamente portuguesa.[7]

## 5. A proposta de valor: o Projecto *ARQUIRURALGOLEGA*

Depois desta apresentação, necessária ao entendimento, ainda que breve, de uma estética e técnica pertencentes ao universo arquitectónico da primeira República, passível de identificação na Casa Rural que usamos, passemos à proposta que sustenta esta intervenção. A proposta "*Museografia das Técnicas Tradicionais de Construção no Médio Tejo – Casa-Laboratório"* – Parceria iniciada entre o CESPOGA e o MUNICÍPIO da GOLEGÃ, em 2008 e apresentada em 25 de Novembro 2010 em Comunicação à Universidade Lusíada, sob

[7] Assunto que, obviamente, em artigo desta extensão é proibitivo avançar sob pena de tratamento inadequado.Retomaremos esta temática em futura ocasião.

forma de Projecto ligando "*arquitectura-arte-reabilitação-museografia-turismo*" pode, agora, ser materializada segundo o seguinte esquema:

**Visão**

Utilização do património edificado como acervo activado para pedagogia do património, estudo da arquitectura na região e experimentação das artes e ofícios tradicionais, visitas de estudo e turismo cultural.

**Missão**

Contribuição para o desenvolvimento de base territorial na componente da disseminação de boas práticas patrimoniais e articulação com parceiros educativos, formativos, culturais, turísticos, etc.

**Estrutura Organizacional**

Equipa constituída por Coordenador, Investigadores e Monitores (Arquitectos, Engenheiros, Historiadores, etc.), Artesãos pedreiros, carpinteiros, serralheiros e outras especialidades a requerer em cada circunstância de experimentação de técnicas tradicionais (ligação ao Instituto Politécnico de Tomar, Museu Rural da Golegã e Museu Agrícola de Riachos, através das Oficinas Pedagógicas deste último, estando igualmente em curso a possibilidade de protocolar também esta acção com a Universidade Lusíada)

**Acções**

1.Inventariação das técnicas de construção (edifício de Morada de Família de Médio Agricultor da Golegã, da época da República, datada dos anos 20) , (Fig. 9)

*1'. Construção de Quadros Interpretativos para explicação didáctica (da zona urbana e do arruamento, bem como do conjunto de edificados, e da Casa)*

2.Estudo dos elementos construtivos (formas e técnicas de corte e montagem de materiais em obra).

*2'.Demonstração museográfica com painéis explicativos e animação em 3D.*

3.Estudo das terminologias (glossário *convencional* e glossário *vernacular*).

*3'.Exemplo da telha "sub-beira" e da designação popular de "sobeira", na região do Médio Tejo.*

4.Estudo dos interiores da habitação.

*4'. Mostra da concepção e das técnicas de repartição e ordenação dos espaços*

5.Estudo dos detalhes construtivos dos elementos da construção.

*5'.Demonstrações em imagens e experimentação de materiais e técnicas de trabalho em Oficinas Pedagógicas, de técnicas de aparelhamento de madeiras, forjamento de metais, talhe de pedras de cantaria, etc.*

6. Reabilitação e didáctica do edificado (com artesãos das várias especialidades), registos fotográficos e multimédia sobre as acções. (Fig. 10)

*6'. Projecto museográfico com exposição das fases de trabalho, depoimentos dos participantes, criação de catálogo, abertura do espaço a visitas e promoção de turismo cultural (agregado à atractividade turística da Golegã).*

Fig. 9 – Casa Rural – Golegã. Fachada principal. Luís Mota Figueira 2011

Fig. 10 - Casa Rural – Golegã. Asna e cobertura a telha vã. Luís Mota Figueira 2011

## 6. Conclusão

A intervenção integrada que propomos, centra-se no estudo da geografia e da história nacional e local, da história da arquitectura vernacular, das técnicas de construção e da reabilitação das artes e ofícios, bem como da didáctica das técnicas tradicionais de construção e sua promoção turístico-cultural, tentando aproximar as pessoas de uma realidade territorial concreta. As técnicas tradicionais de construção são o veículo dessa forma esperada de contacto dos interessados com o objecto edificado. Pretende-se também praticar uma forma de «apresentação-interpretação» de um património relevante de uma vila rural conhecida e reconhecida pelo seu recurso mais visível, o cavalo e, nessa prática, apresentar outros recursos endógenos estruturadores da oferta local e regional nas dimensões cultural, técnica e científica da arquitectura. O património imaterial do saber-fazer construtivo detido pelos artífices locais é outro assunto crucial inerente a esta pretensão. A Museografia destes conteúdos é um suporte da activação patrimonial que escolhemos para a Casa Rural. A diversidade concentrada de atractivos turístico-culturais é uma das fortes características culturais nacionais: a arquitectura é uma componente basilar dessa morfologia da paisagem portuguesa.

Ao propormos um olhar, uma reflexão e uma prática sobre o património disperso em meio rural e sua activação futura, o Projecto *ARQUIRURALGOLEGA,* responde objectivamente a uma necessidade socialmente sentida: a valorização dos recursos identificados, segundo uma visão prospectiva. Hoje, e no futuro, a compreensão sobre esses activos e sua importância para os processos de desenvolvimento socioeconómico, transformando-os em atractivos, é uma tarefa incontornável dos territórios nesta era de sociedade do Conhecimento e de crescente importância do turismo como gerador de receita para a Nova economia.

Potenciar os recursos locais de edificados refuncionalizando-os para processos educativos, lúdicos e de lazer, ligando-os ao desenvolvimento económico de base territorial local tem, portanto, um significado profundo.

A Arquitectura desempenha nesta questão, um papel crucial. O contributo dos novos arquitectos para a valorização das artes e ofícios da construção de origem popular, também é assunto pertinente. Estes e outros aspectos decorrentes da valorização requerida, podem conjugar-se na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, no maior cuidado para com a Paisagem e, consequentemente, no aumento da diversidade e qualidade da oferta trística local e regional.

Reforçar parcerias estratégicas locais através da Cultura, das Artes, da Arquitectura, da História, e das Artes e Ofícios tem nesta iniciativa, e como se demonstrou, um espaço próprio.

## 7. Bibliografia


AA.VV.,(1980), *Arquitectura Popular em Portugal*, Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses.

ALVES, Luís Alberto Marques, (s/d), *O arranque do ensino industrial na 2ª metade do século XIX*, em http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2826.pdf, acedido em 21.01.2011.

BOSC, Jean-Louis, *et al*, (2001), *Joseph Monier et la Naissance du Ciment Armé*, Paris, Éditions Du Linteau.

CHOAY, Françoise, (2008), *Alegoria do Património*, Lisboa, Edições 70.

CONDE, Manuel Sílvio Alves, (2000), *Uma Paisagem Humanizada – O Médio Tejo nos Finais da Idade Média*, Vol. I e II, Cascais, Patrimonia – Associação de projectos culturais e formação turística.

DETHIER, Jean, (1993), *Arquitecturas de Terra – trunfos e potencialidades de um material de construção desconhecido: Europa-Terceiro Mundo-Estados Unidos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

DIAS, Jorge, (1990), *Estudos de Antropologia*, Vol.I, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

FONTES, Carlos, (s/d), *Navegando na Educação, História da Formação Profissional e da Educação em Portugal, Idade Contemporânea – 1ª República (1910-1926), Ensino Industrial*, em http://educar.no.sapo.pt/histFormProf119.htm, acedido em 21.01.2011.

HOUBEN, Hugo, GUILLAUD, Hubert*, et al*, (1995), *Traité de Construction en Terre,* Marseille, editions Parenthèses.

LEITÃO, Luiz Augusto, (1894), *Curso Elementar de Construcções,* Lisboa, Secretaria da Guerra – Repartição do Gabinete.

MORENO-NAVARRO, José Luiz González, (1993), *El legado oculto de Vitruvio – saber constructivo y teoría arquitectónica*, Madrid, Alianza Forma.

MUMFORD, Lewis, (1986), *Arte & Técnica*, Lisboa, Edições 70.

MUNARI, Bruno, (1978), *A Arte como Ofício*, Lisboa, Editorial Presença.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, GALHANO, Fernando, (1998), *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

SEGURADO, João Emílio dos Santos, (s/d), *Acabamentos das Construções*, Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertand.

TEIXEIRA, Gabriela de Barbosa, BELÉM, Margarida da Cunha, (Org.), (1998), *Diálogos de Edificação: técnicas tradicionais de construção*, Lisboa, Centro de Artes Tradicionais.



**LUÍS MOTA FIGUEIRA**

Professor Coordenador do Departamento de Gestão Turística e Cultural, da Escola Superior de Gestão de Tomar , do Instituto Politécnico de Tomar, desde 24 de Março de 2000 e Doutor em História da Arte pela Universidade de Coimbra, desde 2001. Director do Departamento de Gestão Turística e Cultural, desde 19 de Dezembro de

2002, com Estágio de Pós-Doutoramento em Turismo pela Universidade de Aveiro, em 2010. Professor convidado e orientador de dissertações no Mestrado em Património e Desenvolvimento da Universidade de Cabo Verde, desde 2007. Coordenador científico, docente e orientador de dissertações do Mestrado em Desenvolvimento de Produtos de Turismo Cultural desde 2008. Membro do Conselho Geral do Instituto Politécnico de Tomar, desde 2009. Director Técnico do Museu Agrícola de Riachos e Casa-Memorial Humberto Delgado, desde 1994. Foi Docente do Curso de Conservação e Restauro do Instituto Politécnico de Tomar entre 1991 e 1996. Foi Coordenador do Curso de Restauro de Mobiliário e Arte Sacra do CEARTE- Semide entre 1996 e 2006. Foi Consultor do GAVE-Gabinete de Avaliação do Ensino Secundário, do Ministério da Educação entre 2004 e 2007. Foi Professor Convidado da Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva entre 1988 e 2003. Investigador da Unidade de Governança, Competitividade e Políticas Públicas da Universidade de Aveiro, desde 2010. Interesses de docência e de investigação em Cultura, Museologia, Etnografia, Etnoarqueologia, Técnicas Tradicionais de Construção, Salvaguarda do Património Cultural, Mobiliário, Peritagem em Arte, Museografia, e Turismo. lmota@ipt.pt